

Para QUESTÃO n° 01:

Para se falar dos movimentos sociais organizados por camponeses ou trabalhadores rurais no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980, é necessário voltar à Primeira República, quando, abolida a escravidão e instituído o novo regime, o coronelismo passa a dominar as relações de trabalho e políticas no campo. Com uma economia rural dominada amplamente por latifúndios, a população rural era submetida pelos grandes proprietários de terra mediante o uso da força, isto é, das armas. Dessa forma, se instituiu com a República o chamado "voto de cabresto" ou "curral", pelo qual, os "coronéis", grandes latifundiários, impunham suas decisões políticas àqueles que dominavam mediante a exploração de seu trabalho. Esse sistema garantiu aos chefes regionais e às oligarquias estaduais o domínio dos governos locais e estaduais, bem como determinaram na República Velha a escolha de seus representantes a nível federal. Com a chamada Revolução de 1930 e a subida ao poder de Getúlio Vargas, o novo pacto garantiu a essas oligarquias regionais a manutenção de seu poder territorial no campo, mediante seu apoio ao governo central, que ampliou seu pacto, incorporando a ele novos setores sociais, como, por exemplo, a burguesia industrial e os trabalhadores urbanos, configurando o que se chama de "populismo", mas os trabalhadores rurais permaneceram à margem. Após o fim do Estado Novo com o término da Segunda Guerra Mundial, foi a vez de os camponeses e trabalhadores rurais reivindicarem seu espaço e seus direitos, e, sobretudo, terras. Seu mais importante movimento seriam as Ligas Camponesas, que se organizam a partir do interior de Pernambuco, contestando o latifúndio e o poder dos "coronéis" na luta pela propriedade da terra e pela reforma agrária, dando origem aos sindicatos rurais. Perseguidos na base da violência pelos latifundiários e pela ditadura militar que toma o poder em 1964, esse movimento foi duramente reprimido, inspirando, por sua vez, nos anos da ditadura, a guerrilha no campo de inspiração marxista. Um capítulo dos mais violentos desse período é o massacre do que se chamou de "a guerrilha do Araguaia", que pre-



tendia fazer uma revolução socialista a partir do campo. Com o fortalecimento do movimento sindical operário nos anos 1980, também os sindicatos rurais procuraram se reorganizar e surgiram entidades como a CUT e seu braço rural, que passaram a lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária. É quando também as Pastoras da Terra, inspiradas pela Teologia da Libertação, incentivam os trabalhadores rurais a se organizarem e fortalecem sua luta, e surge o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que, a partir de então, e, sobretudo, desde os anos 1990, passaram a ocupar grandes propriedades rurais, reivindicando a redistribuição da propriedade da terra, de forma a contemplar seus direitos como cidadãos.

QUESTÃO nº 02:

Com a expansão marítima portuguesa do século XV e a "descoberta" do Brasil, em 1500, estabelece-se um verdadeiro sistema atlântico, que ligava Portugal, África e Brasil, regido pelo mercantilismo. Como se sabe, o mercantilismo é um conjunto de ideias e práticas econômicas que dominaram na Europa entre os séculos XV e XVIII, período da transição do feudalismo para o capitalismo, que teve como principal motor o que se chama de acumulação primitiva do capital. O mercantilismo se caracterizava por evitar a livre concorrência, estabelecendo medidas intervencionistas do Estado, como o monopólio, que era o direito exclusivo da Metrópole sobre as economias coloniais, pela prática de uma política protecionista, de forma a promover os lucros da Metrópole e de sua burguesia comercial. De forma que o sistema colonial era a principal engrenagem da política mercantilista, acreditando-se que a riqueza vinha da acumulação de capital mediante trocas mercantis, subordinando todo o resto da economia ao comércio exterior, por exemplo, através da proibição da importação de produtos que concorressem com os da Metrópole e a proibição da produção de produtos

nas colônias que concorrem com as da Metrópole, proibindo ou sobretaxando também o comércio das colônias com as Metrópoles concorrentes. Nesse sentido, para aumentar sua margem de lucro, era importante baixar os custos da produção, o que levou Portugal à utilização da mão-de-obra escrava trazida à força da África no trabalho nas lavouras, especialmente na produção da cana-de-açúcar voltada para a exportação, que garantia o saldo positivo na balança comercial que tanto a política mercantilista almejava, sendo a triade grande propriedade rural, cana-de-açúcar para exportação e mão-de-obra escrava a estrutura sobre a qual se organiza a empresa colonial do Portugal sobre o Brasil, de meados do século XVI até o século XVIII. Sendo, pois, a utilização da mão-de-obra escrava trazida à força da África a característica maior das relações atlânticas entre África e Brasil do século XVI ao XIX. Se, no século XV, Portugal dedicou-se à compra de especiarias no Oriente para revenda na Europa, a partir da colonização do Brasil, depois do período de extração do pau-brasil no início do século XVI, passou a um mercantilismo de plantagem, produzindo cana-de-açúcar no Brasil, com a utilização da mão-de-obra escrava comprada de traficantes africanos na África, o que barateava a produção e aumentava tanto os seus lucros como Metrópole, quanto os lucros da burguesia comercial portuguesa. No século XVIII, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, passa-se a um mercantilismo de tipo metalista, que acabou por criar condições para uma incipiente produção manufatureira no Brasil, para abastecimento do próprio mercado interno dessa colônia. Portanto, a característica principal das relações atlânticas foi a entre Portugal, África e Brasil foi a implantação do capitalismo comercial, mediante uma política mercantilista que explorava o território colonial brasileiro, de forma a produzir acumulação de capital comercial, para o que a utilização de mão-de-obra escrava comprada na África foi de importância estrutural, na medida em que

baixava os custos da produção, aumentando os lucros de Portugal e enriquecendo sua burguesia mercantil, que, para garantir essa engrenagem, se valia de monopólios comerciais, de forma que Portugal subordinasse a economia da colônia, impedindo que esta viesse a lhe fazer concorrência.

QUESTÃO n° 03:

Uma possibilidade de abordagem na educação básica do tema cultura e movimentos sociais no Brasil entre os anos 1945 e 1964 é uma abordagem interdisciplinar envolvendo a história com as experiências do teatro e do cinema. Lito aqui duas experiências nesses campos que podem contribuir para uma vivência pelos alunos de experiências culturais que embalaram os movimentos sociais brasileiros no período do pós-Segunda Guerra Mundial, mais propriamente duas experiências culturais relativas ao período logo anterior ao golpe militar de 1964. Uma é o teatro: montar com o professor de teatro, se houver na escola, ou na sala de aula, esquetes das peças de teatro de Oduvaldo Vianna Filho ou Gianfrancesco Guarnieri, por exemplo, levaria os alunos a experimentar o que significou o teatro engajado nascido do movimento estudantil em torno da UNE (União Nacional dos Estudantes no final dos anos 1950 e começo dos anos 1960: teatro de resistência político, como em "Rasga Coração", de Guimarães, por exemplo. Outra experiência seria a proporcionada pelo cinema, podendo-se levar os alunos a ver, comentar e reencenar cenas do documentário "Cabra marcado para morrer", que começou a ser filmado antes do golpe militar, focalizando a experiência das Ligas Camponesas e sua luta pela reforma agrária em Pernambuco, e só terminou de ser filmado, retratando os mesmos camponeses, depois da redemocratização do país.

A interdisciplinaridade traz uma experiência transversal ao aluno, especialmente quando pode experimentar com seu próprio corpo, como no teatro, a experiência do outro retratada pelo cinema ou pelo teatro. Pode-se, inclusive, se utilizar de uma terceira experiência ligada às produções culturais brasileiras do período em pauta, a do "teatro do oprimido" de Augusto Boal, outra figura proeminente da cultura no período anterior ao golpe militar de 1964, experiência de imprevisto que leva o aluno a reavaliar sua posição como ator político e social, levando a um aprendizado sobre a sua cidadania.